



**PONTO DE CONTACTO DA
REDE JUDICIÁRIA EUROPEIA EM MATÉRIA CIVIL E COMERCIAL – RJECC**
EM REPRESENTAÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS

**PONTO DE CONTACTO DA
REDE IBERO-AMERICANA DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – IBERRED**

E

**PONTO DE CONTACTO DA
REDE DE COOPERAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA INTERNACIONAL DOS
PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**
EM REPRESENTAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES – 2011

Conselho Superior da Magistratura, Janeiro de 2012

ÍNDICE

1. ESTRUTURA FÍSICA E MEIOS HUMANOS (RJECC, IBERRED e RCJJIPLP)	
1.1. Estrutura física	3
1.2. Meios humanos	3
2. REDE JUDICIÁRIA EUROPEIA EM MATÉRIA CIVIL E COMERCIAL (RJECC)	
2.1. Membros nacionais da Rede	4
2.2. Actividades realizadas pelo Juiz Ponto de Contacto de Portugal da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial	
2.2.1. Participação em reuniões ordinárias da Rede	4
2.2.2. Participação em reuniões com os membros da Rede	12
2.2.3. Participação em encontros e em acções de formação a convite de entidades nacionais e estrangeiras	13
2.3. Outras Participações	14
2.4. A presença na <i>internet</i>	17
2.5. Acções de divulgação da RJECC	18
3. REDE IBERO-AMERICANA DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA (IBERRED) E ESPAÇO IBERO-AMERICANO	
3.1. Actividades realizadas na qualidade de Ponto de Contacto da Rede Ibero- americana de Cooperação Judiciária (IberRede)	
3.1.1. Participação em reuniões da IberRede	19
3.2. Participação em reuniões da XV Cimeira Judicial Ibero-Americana	21
4. REDE DE COOPERAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA INTERNACIONAL DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	25
5. O APOIO À COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA	26

1. ESTRUTURA FÍSICA e MEIOS HUMANOS

1.1. ESTRUTURA FÍSICA

O serviço do Ponto de Contacto de Portugal da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial (RJECC), do Ponto de Contacto da Rede Ibero- Americana de Cooperação Judiciária (IberRed) e Espaço Ibero-Americano e Ponto de Contacto da rede de Cooperação Jurídica e Judiciária dos Países de Língua Portuguesa, funcionou, durante todo o ano de 2011, nas instalações do Conselho Superior da Magistratura, onde lhe estão atribuídos o gabinete da ora signatária e uma sala, destinada aos serviços de apoio e assessoria jurídica.

1.2. MEIOS HUMANOS

O serviço contou, no ano de 2011, com a actividade da signatária, de um assessor jurídico, César de Melo, oficial de justiça, licenciado em Direito, exercendo as funções de secretariado, Marisa Fernandes Martins, oficial de justiça, licenciada em Francês- Inglês

2. REDE JUDICIÁRIA EUROPEIA EM MATÉRIA CIVIL E COMERCIAL (RJECC)

2.1. MEMBROS NACIONAIS DA REDE

A estrutura nacional da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial compreende as seguintes entidades:

- a) Direcção-Geral da Política de Justiça*
- b) Direcção-Geral da Administração da Justiça*
- c) Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios*
- d) Direcção-Geral de Reinserção Social*
- e) Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I.P.*
- f) Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes*
- g) Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.*
- h) Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz.*
- i) Instituto de Segurança Social, I.P.*
- j) Ordem dos Advogados*
- l) Ordem dos Notários*
- m) Câmara dos Solicitadores*

Estas entidades colaboram com o Ponto de Contacto de Portugal no domínio da cooperação judiciária, bem como na elaboração das fichas de informação referenciadas no artigo 15.º da Decisão 2001/470/CE do Conselho, de 28 de Maio de 2001.

2.2. ACTIVIDADES REALIZADAS PELO PONTO DE CONTACTO DE PORTUGAL DA REDE JUDICIÁRIA EUROPEIA EM MATÉRIA CIVIL E COMERCIAL

2.2.1. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES ORDINÁRIAS DA REDE

O Ponto de Contacto Português participou nas seguintes reuniões ordinárias da RJECC:

20 e 21 de Janeiro de 2011 – 9º Reunião de Membros da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial

A signatária esteve acompanhada na reunião por um representante da Direcção-Geral da Política de Justiça, um representante da Direcção-Geral da Administração da Justiça, um representante do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, um representante da Direcção-Geral de Reinserção Social, um representante do Instituto de Segurança Social, I.P, um representante da Ordem dos Advogados, pelo Bastonário da Ordem dos Notários e pelo Presidente da Câmara dos Solicitadores, membros nacionais da Rede.

Constava da agenda da Reunião de 20 de Janeiro:

14:15 Boas-vindas e informações práticas sobre a reunião dadas por Paraskevi Michou, Directora da Direcção A - Justiça Civil, Direcção-Geral da Justiça

14:30 Discurso introdutório por Françoise Le Bail (Directora Geral da DG Justiça, Comissão Europeia)

14:45 Aplicação da nova Decisão da RJECC (Christoph Sajonz, Secretário da RJECC, Comissão Europeia)

15:00 Participação de novas profissões na RJECC – contributos de representantes das profissões jurídicas:

- Advogados e solicitadores

(Evanna Fruithof da Ordem dos Advogados da Inglaterra e País de Gales e Michel Maître Benichou, Conseil National des Barreaux Français)

15:30 Notários

(Markus Buschbaum – “Bundesnotarkammer”, da Alemanha, e Maître Geoffroy Stas de Richelle, “Conseil International du Moniteur Notariat”)

16:00 Intervalo para café

16:15 Funcionários de Justiça/ oficiais de justiça

(Mikael Berglund, Suécia, José Carlos Resende, Presidente da Câmara dos Solicitadores, Portugal, e Maria Blanch Domeque Rosa, Secretária Judicial, Reino de Espanha)

16:45 Debate geral sobre a participação das profissões jurídicas na RJECC

17:45 Encerramento (Comissão)

20:00 Jantar oferecido pela Comissão (BRUXELAS Autoworld, Parc du Cinquantenaire 11, 1000 Bruxelas)

Constava da agenda da Reunião de 21 de Janeiro - manhã:

09:30 Apresentação, pela Comissão Europeia, dos principais desenvolvimentos, em 2010, no que concerne à legislação da União Europeia, em matéria civil

09:45 Informação sobre o Regulamento Roma III (breve apresentação por Markus Zalewski, Comissão Europeia)

10:00 Informações sobre a proposta da Comissão relativa ao Regulamento Bruxelas I (breve apresentação por Karen Vandekerckhove, Comissão Europeia)

10:15 Directiva relativa à mediação (breve apresentação por Jérôme Carriat, Comissão Europeia)

10:30 Criação de um grupo de trabalho sobre a mediação familiar (apresentação das conclusões por Julien Magotteaux, Bélgica)

11:00 Intervalo para café

11:15 Livro Verde sobre a circulação de documentos (breves informações prestadas por Meryem Demir, Comissão Europeia)

11:30 Apresentação sobre a Formação Judiciária Europeia (Emmanuelle Cretin Magand, Comissão Europeia)

11:45 Operatividade da RJECC, em 2010 (apresentações sobre as actividades da rede a nível nacional feitas por Stefanie Plötzgen-Kamradt, Ponto de Contacto Alemão da RJECC, e Jana Novotná, Ponto de Contacto da República Checa)

12:15 Operatividade da RJECC, em 2011: debate sobre as prioridades da rede e sobre o plano das reuniões e respectivos temas, em 2011

13:00 Almoço oferecido pela Comissão

Constava da agenda da Reunião de 21 de Janeiro - tarde: (reunião circunscrita aos Pontos de Contacto da RJECC)

14:30 Participação de novas profissões na RJECC: debate sobre como organizar a sua participação - conclusões da reunião anual de 20/21 Janeiro

15:30 Facilitação da aplicação da lei estrangeira pela Rede: discussão geral sobre como dar forma a esta nova tarefa da RJECC, a partir de 01 de Janeiro de 2011

16:30 Pedido de estatuto de observador apresentado pela Croácia

16:45 Seguimento da última reunião da RJECC (migração de conteúdos do site da RJECC para o portal E-Justice, IberRed)

17:30 Encerramento

31 de Março 2011 - 35.ª Reunião Ordinária de Pontos de Contacto, Bruxelas, Bélgica

A signatária esteve acompanhada nesta reunião por um representante da *Direcção-Geral da Política de Justiça*.

Constava da agenda da Reunião de 31 de Março - manhã:

1. Informação da Comissão

- a. Boas vindas ao representante da Croácia na qualidade de observador.
- b. Migração do *site* da RJECC para o portal Europeu e-Justice: ponto da situação das conclusões do Conselho e preparação da migração.
- c. Grupo de trabalho sobre o Guia de Boas Práticas para a injunção europeia de pagamento.
- d. Aplicação prática do processo europeu para acções de pequenos montantes.
- e. Grupo de trabalho sobre o Guia de Boas Práticas para acções de pequenos montantes.
- f. Grupo de Trabalho sobre mediação familiar.
- g. Art.º. 70 do Regulamento 4/2009 de 18.12.2008, sobre Obrigações Alimentares.

2. Seguimento de reuniões anteriores

- a. Registo dos pedidos de cooperação judiciária: discussão dos termos de referência a serem elaborados pela Comissão Europeia.
- b. Facilitação da aplicação do direito estrangeiro pela Rede: discussão geral sobre como dar forma a esta nova tarefa da RJECC, a partir de 01 de Janeiro de 2011.

Constava da agenda da Reunião de 31 de Março - tarde:

- c. Criação de uma ficha informativa sobre os métodos disponíveis para localizar o paradeiro de uma pessoa no território de um Estados- Membros.
- d. Discussão de um projecto de documento sobre as regras para o contacto com representantes nacionais e europeus das profissões jurídicas.

3. Relatório da Comissão, com base nos relatórios nacionais.
4. Planeamento das reuniões de 2011.
5. Participação das profissões jurídicas nas próximas reuniões.
6. Outros assuntos.

17 de Maio 2011 - 36.ª Reunião Ordinária de Pontos de Contacto, Bruxelas, Bélgica

A signatária não pode comparecer na reunião, em virtude do CSM não dispor de verba para o pagamento de uma noite de alojamento, sendo que as viagens seriam suportadas pela Comissão Europeia.

Nesta reunião esteve presente um representante da Direcção-Geral da Política de Justiça.

Constava da agenda da Reunião de 17 de Maio - manhã:

1. Informação da Comissão
 - a. Grupo de trabalho sobre o Guia de Boas Práticas para a injunção europeia de pagamento.
 - b. Grupo de trabalho sobre mediação familiar.
 - c. Art.º 70 do Regulamento 4/2009 de 18.12.2008, sobre Obrigações Alimentares.
 - d. Pedido do Ponto de Contacto Francês para tornar acessível à Rede de Cooperação Legislativa entre os Ministérios da Justiça da União Europeia (JO C 326 de 20.12.2008, p. 1) e a Rede Judiciária Europeia (em matéria penal) a lista de nomes dos Pontos de Contacto RJECC.
 - e. Questionário sobre citação e notificação de documentos.
 - f. Recomendações sobre a participação das autoridades nacionais, associações europeias e internacionais, em representação das profissões jurídicas, no âmbito da RJECC.
 - g. Documento da Comissão, resumindo as suas recomendações sobre a migração do conteúdo do site da RJECC para o Portal Europeu e-Justice.
2. Seguimento de reuniões anteriores:
 - a. Questionário sobre o registo de pedidos de cooperação judiciária da RJECC.

b. Recomendações sobre como a Rede Judiciária Europeia deve lidar com pedidos de informação sobre a lei estrangeira.

3. Regulamento (CE) 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, que estabelece um processo europeu para acções de pequeno montante.

a. Opinião da Comissão sobre a aplicação prática do processo europeu para acções de pequeno montante (Garstka)

b. Apresentação do projecto-piloto e-Codex, sobre e-aplicação do processo europeu para acções de pequeno montante (L. Ferrand, Ministério da Justiça, França)

c. Apresentação dos trabalhos da Comissão sobre as formas interactivas para o processo europeu para acções de pequeno montante (T. Debski)

d. O procedimento europeu para acções de pequeno montante do ponto de vista académico (convidados: Prof. Dr. XE Kramer)

e. Discussão “Como usar o processo europeu para acções de pequeno montante para atingir o seu pleno potencial?”

f. Guia Prático sobre o processo europeu para acções de pequeno montante: criação de grupo de trabalho e discussão sobre o seu mandato.

4. Outros assuntos

21 de Junho 2011 - 5^a Reunião das Autoridades Centrais (Regulamento (CE) n.º 2201/2003 de 27 de Novembro de 2003) e 37.^a Reunião Ordinária de Pontos de Contacto, Budapeste, Hungria

A signatária, cujo alojamento em Budapeste foi suportado pelo Gabinete de Sua Excelência o senhor Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária, em virtude do CSM não dispor de verba para o pagamento do alojamento, sendo que as viagens eram suportadas pela Comissão Europeia, esteve acompanhada na reunião por um representante da Direcção - Geral de Reinserção Social.

Constava da agenda da Reunião de 21 de Maio - manhã:

1. Informação da Comissão

2. Seguimento da quarta reunião, realizada em 2 de Março de 2010: Apresentação de experiências nacionais, no que concerne à aplicação do Regulamento (CE) n.º

2201/2003 e da cooperação entre as autoridades centrais em matéria de responsabilidades parentais.

3. Relatório do Grupo de Trabalho 11: Troca de opiniões e discussão sobre o tema "Normas mínimas comuns em matéria de rapto internacional"

Constava da agenda da Reunião de 21 de Maio - tarde:

4. Ficha informativa sobre deslocação lícita de uma criança para outro Estado
5. Outros assuntos
6. Reuniões bilaterais entre as autoridades centrais para discutir casos concretos nos termos do Regulamento

29 de Setembro 2011 - 38.ª Reunião Ordinária de Pontos de Contacto, Bruxelas, Bélgica

A signatária não pôde comparecer na reunião, em virtude do CSM não dispor de verba para o pagamento de uma noite de alojamento, sendo as viagens suportadas pela Comissão Europeia.

Nesta reunião esteve presente um representante da Direcção-Geral da Administração da Justiça.

Constava da agenda da Reunião de 29 de Setembro - manhã:

1. Informação da Comissão
 - a. Grupo de trabalho sobre o Guia de Boas Práticas para a injunção de pagamento.
 - b. Grupo de trabalho sobre o Guia de Boas Práticas para o Processo europeu para acções pequeno montante.
 - c. Grupo de trabalho sobre mediação familiar.
 - d. Art.º 70 do Regulamento de Obrigações Alimentares 4/2009 de 18 de Dezembro de 2008.
2. Seguimento de reuniões anteriores:
 - a. Migração do conteúdo do *site* da RJECC para o Portal Europeu e-Justice.
 - b. Recomendações sobre como a RJECC deve lidar com pedidos para fornecer informações sobre a lei estrangeira.
 - c. Questionário sobre a citação e notificação de documentos.

d. Recomendações sobre a participação das autoridades nacionais, associações europeias e internacionais, representantes das profissões jurídicas, no âmbito da RJECC.

e. Relação entre a RJECC e a rede de cooperação legislativa dos Ministérios da Justiça da União Europeia (JO C 326 de 20.12.2008, pp. 1)

f. Registo de pedidos de cooperação judiciária da RJECC

Constava da agenda da Reunião de 29 de Setembro - tarde:

3. Juros - artigo 16 c) do Regulamento (CE) N.º 805/2004 de 21 de Abril de 2004, que cria o Título Executivo Europeu para créditos não contestados.

4. Custas judiciais.

5. Preparação da reunião das Autoridades Centrais, no âmbito do Regulamento de Obrigações Alimentares, a realizar a 28/29 de Novembro de 2011.

6. Preparação da Reunião Anual, a realizar em finais de Janeiro de 2012.

7. Outros assuntos.

29 de Novembro 2011 - 39.ª Reunião Ordinária de Pontos de Contacto e 1ª Reunião das Autoridades Centrais (Regulamento (CE) N.º 4/2009 de 18 de Dezembro 2008) Bruxelas, Bélgica

A signatária participou nesta reunião, em virtude da Comissão Europeia ter suportado as custas quer da viagem quer do alojamento, já que o CSM não dispunha da necessária verba para alojamento, e esteve acompanhada por três representantes da Direcção-Geral da Administração da Justiça.

Constava da agenda da Reunião de 29 de Novembro - manhã:

1. Observações introdutórias feitas pela Comissão e apresentação das Autoridades Centrais, no âmbito do Regulamento 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008

2. Informações gerais dadas pela Comissão

3. Visão geral das respostas dadas ao questionário

4. Apresentação de experiências nacionais em matéria de aplicação do Regulamento 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008

Constava da agenda da Reunião de 29 de Novembro - tarde:

5. Discussão sobre o Art.º 51 do Regulamento 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008

6. Questionário sobre o Art.º 70 do Regulamento 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008

7. Outros assuntos

2.2.2. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES COM OS MEMBROS NACIONAIS DA REDE

25 de Outubro de 2011 realizou-se a II Reunião Anual de Membros Nacionais, nas instalações da Direcção-Geral da Administração da Justiça.

Constava da agenda da reunião:

9h30m - Recepção dos Participantes

10h00m - Sessão de Abertura

- Senhor Director-Geral da Administração da Justiça, Juiz Desembargador Pedro de Lima Gonçalves

- Ponto de Contacto de Portugal da RJECC, Juíza de Direito Florbela Moreira Lança

10h30m - Briefing sobre concretização das Conclusões/Declarações emanadas da I Reunião Anual dos Membros Nacionais da RJECC. Agilização da comunicação entre Membros Nacionais e a articulação das respectivas competências

12h45m- Almoço livre

14h30m - Aplicação prática dos Regulamentos Comunitários: dificuldades sentidas e obstáculos encontrados

- Feedback da aplicação prática do Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares;

- Análise, partilha de informação e debate sobre Propostas de Regulamentos ou de alteração aos já em aplicação;

15h30m - Mediação transfronteiriça

16h00 - Outros assuntos

17h00 - Sessão de Encerramento

Senhor Director-Geral da Administração da Justiça, Juiz Desembargador Pedro de Lima Gonçalves

2.2.3. PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS, CONFERÊNCIAS E ACÇÕES DE FORMAÇÃO, A CONVITE DE ENTIDADES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

6 de Junho de 2011 – Anfiteatro da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto

A signatária, a convite do Centro de Estudos Judiciários, participou, na qualidade de oradora, na Acção de Formação Contínua, Curso de Especialização, “Temas de Direito da Família e das Crianças”, tendo proferido alocução subordinada ao tema “Instrumentos Internacionais de Relevância no direito da família e das crianças: O Direito Comunitário”.

27 e 28 de Junho de 2011 – Duisburgo - Alemanha

A signatária, a convite da IberRede, participou, na qualidade de oradora, na Reunião “Redes para facilitar a cooperação judiciária entre autoridades judiciais em matérias civil e penal”, organizada pela Rede Europeia de Formação Judiciária (EJTN), tendo proferido alocução subordinada ao tema “Experiências no âmbito da cooperação Judiciária no âmbito da matéria civil e a IberRed como um instrumento de cooperação”.

10 de Novembro de 2011 – Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian

A signatária, a convite do Centro Europeu do Consumidor de Portugal, participou, na qualidade de oradora, no seminário “Novo enquadramento jurídico para a protecção dos consumidores na União Europeia”, tendo proferido alocução subordinada ao tema “O novo sistema Europeu de resolução de conflitos de pequeno montante”.

24 e 25 de Novembro de 2011 - Auditório do Instituto Português da Juventude, IP, Faro.

A signatária, a convite do Centro de Estudos Judiciários, participou, nas qualidades de oradora e de moderadora, no Seminário “Rapto parental internacional, Cooperação Judiciária em matéria de deslocação e retenção ilícita de crianças”, tendo proferido alocução subordinada ao tema “O Regulamento Bruxelas II Bis e a Cooperação Judiciária Internacional”.

6 e 7 de Dezembro de 2011 – Bucareste, Roménia

A signatária, a convite e em representação do Centro de Estudos Judiciários, participou na Conferência “Competências de um Formador”, organizada pela Rede Europeia de Formação Judiciária (EJTN).

16 de Dezembro de 2011 – Anfiteatro da Direcção Geral da Política de Justiça, Lisboa

A signatária, a convite da Direcção Geral da Política de Justiça, participou no Workshop sobre cobrança de alimentos “ O Regulamento (CE) n.º 4/2009: Competência judiciária, lei aplicável, reconhecimento e execução e cooperação em matéria de obrigações alimentares”, na qualidade de moderadora.

2.3. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

27 de Janeiro de 2011 - Reunião no Conselho Superior da Magistratura

Nesta reunião participou a signatária e a Dra. Fátima Resende, Jurista e Coordenadora dos Centros Autárquicos de Informação ao Consumidor (Direcção-Geral do Consumidor).

Foram trocadas algumas impressões, tendo sido pedida a colaboração da signatária no preenchimento de um questionário relativo ao Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece um processo europeu para acções de pequeno montante, bem como a colaboração na revisão de uma brochura a ser elaborada pelo Centro Europeu do Consumidor, relativa ao mesmo regulamento.

17 e 18 de Março 2011, Instituto Português da Juventude, Lisboa - Workshop “Programas Financeiros CIPS; ISEC; JPEN; DAPHNE III; DPIP; FRC; JCIV – Candidaturas, o que precisa saber”

Sob nomeação do CSM, a signatária participou nesta reunião, iniciativa do Ministério da Justiça e da Direcção Geral da Política da Justiça, em parceria com a Presidência do Conselho de Ministros, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Direcção-Geral da Administração Interna, Ministério da Saúde, Instituto da Droga e da Toxicodpendência, com colaboração da Comissão Europeia e o apoio do Instituto Português da Juventude.

Constava da agenda de 17 de Março:

09:30 – Acolhimento

10:00 – Sessão de Abertura

10:15 – Apresentação e debate sobre o programa financeiro “Prevenção, preparação e gestão das consequências em matéria de terrorismo e outros riscos relacionados com a segurança” (CIPS)

11:00 – Pausa para café

11:15 - Apresentação e debate sobre o programa financeiro “Prevenir e combater a criminalidade” (ISEC)

12:30 – Almoço

14:00 - Acolhimento

14:30 - Apresentação e debate sobre o programa financeiro “Justiça Penal” (JPEN)

14:45 – Pausa para café

16:00 – Apresentação e debate sobre o programa financeiro “Prevenção e combate à violência contra as crianças, os jovens e as mulheres e de protecção das vítimas e dos grupos de risco” (Daphne III)

17:30 – Encerramento dos trabalhos

Constava da agenda de 18 de Março:

09:30 – Acolhimento

10:00 – Apresentação dos programas financeiros “Informação e prevenção em matéria de droga” (DPIP); “Direitos Fundamentais e Cidadania” (FRC) e “Justiça Civil” (JCIV)

11:00 – Pausa para café

11:15 - Debate sobre os programas financeiros “Informação e prevenção em matéria de droga” (DPIP; “Direitos fundamentais e cidadania” (FCR) e “Justiça Civil” (JCIV))

13:00 – Encerramento

20 Junho 2011, Supremo Tribunal, Budapeste

No âmbito da realização da 5ª Reunião das Autoridades Centrais do Regulamento (CE) No 2201/2003 e da 37.ª Reunião Ordinária de Pontos de Contacto, a signatária participou na Conferência - “Informação Prática da aplicação do Regulamento (CE) 2201/2003 – em vésperas de revisão”, sob a Presidência Húngara

Constava da agenda:

8:15-9:00 Inscrição dos participantes

9:00-9:30 Abertura, boas-vindas aos participantes

9:30-11:15 Secção 1 - Procedimentos para o regresso da criança (artigo 11): A jurisprudência e a experiência prática

Oradores:

- Henriette Kozák, juiz, Tribunal Distrital Central de Pest, Hungria
- Usher Carolyn, advogado, Reino Unido
- Camelia Toba, Ministério da Justiça, Roménia

Discussão

11:15-11:30 Pausa para café

11:30-13:15 Aplicação sem necessidade de *exequatur* (artigos 40 a 42): A jurisprudência e a experiência prática

Oradores:

- Örjan Landelius, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Suécia
- Robert Fucik, Ministério da Justiça, Áustria
- Francisco Javier Forcada Miranda, juiz, Tribunal de Primeira Instância n.º 6 do Zaragoza, Espanha

Discussão

13:15-14:45 Almoço

14:45-16:45 Cooperação entre autoridades centrais (do artigo 55.º do Regulamento 2001/2003) e futuro papel destas

Oradores:

- Kristy Wehrung, Ministério da Segurança e Justiça, Países Baixos
- Andrea Schulz, Gabinete Federal de Justiça, Alemanha
- Leszek Kuziak, Juiz, Ministério da Justiça, na Polónia

Discussão

16:45-17:00 Pausa para café

17:00-17:45 Resumo e encerramento da conferência

Jantar da Conferência

5 de Setembro de 2011- Instalações da Direcção - Geral da Política de Justiça, Lisboa

A signatária, em representação do Conselho Superior da Magistratura, participou em reunião sob o tema “ Propostas de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à competência judiciária ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial (reformulação) ”.

Na reunião fez-se um ponto de situação dos debates e uma troca de impressões entre os diversos interlocutores sobre as propostas de alteração ao Regulamento 44/2001.

14 de Setembro de 2011 – Conferência telefónica com Geraldo Vidigal Neto (Universidade de Cambridge)

Foi estabelecida pelo Dr. Geraldo Vidigal Neto, responsável do “think tank, RAND Europe”, nas secções portuguesa e espanhola, teleconferência com a signatária, com vista à elaboração de um estudo/pesquisa para a Comissão Europeia, sobre a implementação nos Estados - Membros do Título Executivo Europeu para créditos não contestados (TEE), criado pelo Regulamento (CE) n.º 805/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004.

Foram trocadas algumas impressões, tendo sido pedida a colaboração da signatária na resposta a um questionário relativo ao citado Regulamento, versando aquele, sobretudo, sobre a forma de implementação e aplicação daquele normativo, em Portugal.

2.4. A PRESENÇA NA INTERNET

A página de Internet do Ponto de Contacto Nacional, presente no endereço electrónico <http://www.redecivil.mj.pt> foi colocada em linha, em Junho de 2011.

Desde então e até 31 de Dezembro p.p., o *site* foi visualizado por 29.293 visitantes e apresentou 494.317 visualizações de páginas, em 83 países.

As matérias mais procuradas foram as fichas informativas, em particular as relativas à insolvência, à responsabilidade parental, à citação e notificação de documentos e ao apoio judiciário, secundando-lhes os instrumentos jurídicos europeus e jurisprudência. A página de Internet do Ponto de Contacto da RJECC, para o público em geral, é um canal simples e rápido de consulta de informação eficaz e confiável, perseguindo os mesmos objectivos previstos nos artigos 14 e 15 da Decisão 2001/470/CE do Conselho que cria uma rede judiciária europeia em matéria civil e comercial.

2.5. ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO DA RJECC

A divulgação da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial foi feita, no ano de 2011, através da colaboração do Ponto de Contacto com o Centro de Estudos Judiciários, no âmbito da cooperação judiciária em matéria civil e comercial, tendo sido formadora convidada para leccionar Direito Europeu e Internacional ao XXIX Curso Normal.

Em todos os encontros, seminários e acções de formação, bem como em contactos regulares com magistrados, o Ponto de Contacto, ora signatária, aproveitou sempre essas oportunidades não só para divulgar a Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial mas também para dar a conhecer as funções do Ponto de Contacto, nomeadamente as que se prendem com a agilização dos pedidos de cooperação judiciária.

Foram distribuídos por diversos serviços e tribunais *posters* e material promocional alusivo ao *Dia Europeu da Justiça Civil* de 2011.

3. IBERRED E ESPAÇO IBERO-AMERICANO

3.1. ACTIVIDADES REALIZADAS NA QUALIDADE DE PONTO DE CONTACTO DA IBERRED (REDE IBERO-AMERICANA DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA), EM REPRESENTAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA, E NO ÂMBITO DE PROJECTOS DO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

3.1.1, PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES DA *IBERREDE*

7 a 9 de Novembro de 2011 – VI Reunión Plenária de Puntos de Contacto y Enlaces de IberRed – San José de Costa Rica;

A signatária, apesar de ter sido nomeada membro do Grupo Dirigente, em matéria Civil (videoconferência), não participou na reunião plenária, em virtude do CSM não dispor de verba para pagamento das viagens, sendo que o alojamento e alimentação seriam suportados pela IberRed.

Constava da agenda da reunião de 7 de Novembro:

9:00 - 9:30: Abertura

09:30 - 9:45: Foto oficial

9:45 - 10:30: Relatório do Secretário-Geral da IberRed

10:30-11:00: Café

11:00-13:00: Cooperação feita através da IberRed:

a) Quadro geral

b) Apresentação e análise do estado dos pedidos de cooperação jurídica internacional entre a América Latina e a Europa

c) Explicação de casos específicos resolvidos entre países.

13:00-14:30: Almoço

14:30-15:00: Divulgação IberRed 2011.

15:00-16:00: Grupos de Trabalho dos Pontos de Contacto: relatório dos resultados.

a) Videoconferência:

- Convenção Ibero-Americana

- Apresentação do Guia de Boas Práticas sobre o uso de Videoconferência em matéria civil e penal como instrumento de recolha de prova transfronteiriça.

b) Documento e recomendações sobre "Recolha e Avaliação da prova transfronteiriça " (matéria penal)

c) Apresentação do Guia de Boas Práticas para Autoridades Centrais sobre a Transferência de Pessoas Condenadas e do documento de compromisso da última reunião

- Espaço para comentários e sugestões

16:00-16:15: Café

16:15-17:00: Encontros bianuais das Autoridades Centrais: resultados do trabalho.

a) Obtenção e Guia de Boas Práticas para melhorar a luta contra o Crime Organizado Transfronteiriço e a Corrupção

b) Apresentação das Conclusões e Recomendações saídas das reuniões das Autoridades Centrais sobre o tema da Extradicação e Assistência Criminal Mútua

- Espaço para comentários e sugestões

17:00: Fim do primeiro dia de trabalho

17:30-18:30: Reunião fora do Programa: IberRed-Eurojust (nos termos do Memorando de Entendimento)

20:30: Jantar de boas vindas, oferecido pelo Secretário-Geral da IberRed

Constava da agenda da reunião de 8 de Novembro:

08:30 - 8:45: reuniões bianuais das Autoridades Centrais: resultados dos trabalhos

a) Coordenação entre as autoridades centrais e juizes para agilização de processos de rapto parental. Ligação com a Convenção da Haia

08:45 - 21:30: Sistema de Comunicação Segura Iber@:

- Explicação prática aos Pontos de Contacto

- Acordo de Compromisso sobre o uso de Iber @:

09:30 - 10:00: Café

10:00-10:45: Actividades conjuntas a coordenar entre os 3 membros de IberRed: COMJIB, Cumbre Judicial, AIAMP.

10:45-11:30: Estratégia IberRed 2012-2013

- Apresentação pelo Secretário-Geral da IberRed

- Espaço para comentários.

11:30-12:00: Eurojust / Procurador do Tribunal Penal Internacional

12:00-13:00: Conclusões e Encerramento

13:00-14:30: Almoço

14:30-16:00: Encontro entre as instituições dos diferentes países para agilização de processos pendentes.

20:30: Jantar de encerramento oferecido pelo Supremo Tribunal de Justiça da Costa Rica

3.2. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES DA XVI CIMEIRA JUDICIAL IBERO-AMERICANA

23, 24 e 25 de Março de 2011 – I Ronda de Talleres da XVI Cumbre Judicial Iberoamericana - República de Costa Rica.

A signatária deslocou-se a esta reunião, em representação do Supremo Tribunal de Justiça.

Constava da agenda da reunião de 23 de Março:

08:00 - Transfer Hotel Radisson - Supremo Tribunal de Justiça

08:30 – 9:00 – Acto formal de abertura

09:00 – 9:15 - Fotografia oficial

9:20 - 10:30 - Inauguração “Feira de serviços Tecnológicos do Poder Judicial”

10:30 – 11:00 - Transfer do Edificio Organismo de Investigação Judicial – Hotel Radisson

11:00 – 11:40 – Apresentação das Regras de Brasília como eixo transversal do trabalho da Cimeira Judicial - Apresentação a cargo de Anabelle León Feoli, Magistrada de Primeira Secção do Supremo Tribunal da Costa Rica

11:40 – 12:00 – Apresentação do projecto PISAV - Apresentação a cargo de Zarela Villanueva Monge, Vice-Presidente da Corte Suprema de Costa Rica

12:00 – 12:30 – Introdução e orientações metodológicas - A cargo das Secretarias Permanente e Pro-Tempore da Cimeira Ibero-Americana Judicial

12:30 – 13:45 – Almoço

14:00 – Início dos trabalhos

17:30 – Transfer Hotel Radisson - Supremo Tribunal de Justiça

18:00 – Inauguração de exposição de arte e recepção oferecida pelo Supremo Tribunal de Justiça e pela da Presidência desse Tribunal.

Vinho de honra para os participantes

Constava da agenda da reunião de 24 de Março:

8:30 – 13:00 – Reinício dos trabalhos

13:00 – 14:15- Almoço

14:15 – 17:30 – Reinício dos trabalhos

19:00 – Recepção oferecida pela Presidência do Supremo Tribunal de Justiça e Escola Judicial “Lic. Edgar Cervantes Villalta”

Constava da agenda da reunião de 25 de Março:

8:30 – 11:15 – Elaboração das conclusões por cada grupo de trabalho

11:15 – 11:45 – Prestação de contas de conclusões e resultados, a cargo da Secretaria Permanente e Secretaria Pro-Tempore da Cimeira Judicial

11:45 – 12:00 – Encerramento

12:00 – 13:00 – Almoço

13:15 – Transfer Hotel Radisson - Supremo Tribunal de Justiça

14:00 – Sessão solene de inauguração do Ano Judicial 2011, na Corte Suprema de Justiça.

17:00 – Brinde de encerramento

14 a 16 de Novembro de 2011 - III Ronda de Talleres, XVI Cumbre Judicial Iberoamericana, Cádiz – España

Constava da agenda de 13 de Novembro:

Chegada das delegações

19:00-21:00 Cocktail de boas vindas - Hotel Playa Victoria

Constava da agenda da reunião de 14 de Novembro:

8:30 - 9:00 Transfer Hotel Playa Victoria - Palácio dos Congressos

09:00 -09:30 Recepção dos participantes e entrega de documentação

9:30-10:00 Abertura oficial da reunião

10:00-10:20 Conferência de imprensa

10:20-10:30 Foto oficial

10:30-11:00 Pausa para café

11:00-11:15 Constituição dos grupos de trabalho

11:15-13:30 Início dos trabalhos

13:30-15:30 Almoço oferecido pela cidade de Cádiz – Restaurante do Palácio de Congressos

15:30-17:00 Continuação dos trabalhos

17:00 Sessão de Encerramento e regresso ao hotel

18:00-20:00 Visita turística à cidade de Cádiz

21:00-23:00 Jantar no restaurante El Faro

Constava da agenda da reunião de 15 de Novembro:

08:45 Transfer Hotel Playa Victoria – Diputación Provincial

9:00 - 9:45 Recepção na Diputación Provincial de Cádiz

10:00-11:30 Continuação dos trabalhos

11:30-12:00 Pausa Para café

12:00-13:30 Continuação dos trabalhos

13:30-15:00 Almoço no Palácio dos Congressos

15:00-17:00 Continuação dos trabalhos

17:00 Sessão de Encerramento e regresso ao hotel

18:00 -20:00 Partida para El Puerto de Santa Maria para visitar algumas adegas

21:00 -23:00 Jantar oferecido pela cidade de El Puerto de Santa Maria

Constava da agenda da reunião de 16 de Novembro:

08:45 Transfer Hotel Playa Victoria - Palácio dos Congressos

9:00-10:30 Reinício dos trabalhos

10:30-11:00 Pausa para café

11:00-12:30 Desenvolvimento das conclusões de cada grupo de trabalho

12:30-13:00 Elaboração das conclusões e resultados a cargo da Secretaria Permanente e Secretaria Pro-Tempore da Cumbre Judicial Ibero-Americana

13:00-13:30 Encerramento

13:30-14:30 Almoço

14:30 Transfer para o hotel

16:30-20:30 Partida para Jerez

- Exibição da Real Escola Andaluza de Arte Equestre
- Visita à cidade
- Visita a algumas Adegas em Jerez

21:00-23:00 Jantar oferecido pela Província de Cádiz – Restaurante Jerez

4. REDE DE COOPERAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA INTERNACIONAL DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Embora formalmente constituída em 2005, a Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa tem sido praticamente inoperante, não tendo sido desenvolvida, após a sua constituição, qualquer actividade no sentido de cumprir com os objectivos a que se propôs.

Na ausência de dinamização desta mesma estrutura, tem-se procurado, com base nos instrumentos jurídicos bilaterais existentes, estabelecer os canais de comunicação mais apropriados e diligentes, através de contactos directamente estabelecidos junto das autoridades requeridas competentes.

5. O APOIO À COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial

No que respeita ao apoio à cooperação judiciária, o serviço do Ponto de Contacto da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial recebeu, em 2011, 176 (cento e setenta e seis) pedidos de cooperação.

Entre tais solicitações, avultaram as apresentadas por tribunais nacionais.

Neste âmbito, o serviço providenciou pelo fornecimento de todas as informações necessárias à adequada instrução dos pedidos de cooperação dirigidos às autoridades competentes dos outros Estados-Membros da União Europeia e, sobretudo, a estabelecer directamente contacto, quer com os nossos congéneres, quer com as autoridades centrais e com os Tribunais requeridos, promovendo pela efectiva agilização dos procedimentos em curso.

Foram recebidas várias consultas provenientes de entidades estrangeiras, cujas respostas, atenta a especificidade das matérias em causa, contaram com o contributo dos membros nacionais da Rede mais vocacionados para o tratamento das mesmas.

Tanto a recepção dos pedidos como as respectivas respostas foram sempre efectuadas pelas vias mais céleres, designadamente por meio de correio electrónico, telefone e fax.

Sempre que tal dependeu exclusivamente do serviço, as soluções foram transmitidas aos consulentes em lapso temporal, na maioria dos casos, não superior a 48 horas.

Genericamente, os pedidos de cooperação recebidos e objecto de resposta por parte dos serviços do Ponto de Contacto Português incidiram sobre os seguintes temas: realização de diligências de colheita de prova no estrangeiro, com destaque para o auxílio no agendamento das diligências junto dos tribunais requeridos; realização de inquéritos incidentes sobre as condições socioeconómicas de cidadãos no âmbito de processos de regulação do exercício do poder paternal; revisão e reconhecimento de sentenças estrangeira; citação e notificação no espaço comunitário; verificação do estado de cumprimento de cartas rogatórias remetidas por Portugal a outros Estados-Membros; cobrança de custas judiciais no estrangeiro; identificação dos meios legais idóneos para a obtenção do regresso de menores raptados por progenitores e levados para Países da União Europeia; averbamento de decisões no registo civil; lei aplicável; cobrança de créditos alimentares; litispendência intracomunitária; apoio judiciário; informação sobre traduções de cartas rogatórias; envio, aos Pontos de Contacto de outros Estados-Membros, de informação incidente sobre aspectos específicos do regime jurídico português; fornecimento de legislação portuguesa a membros da Rede e a tribunais

comunitários; informação sobre a organização interna da estrutura portuguesa responsável pela cooperação judiciária em matéria civil e comercial; consultas internacionais sobre a interpretação interna de normas comunitárias e execução nacional das mesmas; fornecimento, a tribunais portugueses, em formato digital ou sob a forma de ligações de *Internet*, de legislação de outros Estados-Membros; resposta a consultas da Comissão Europeia;

Rede Ibero-Americana de Cooperação Judiciária

No âmbito da IberRede, os serviços foram destinatários de 6 (seis) pedidos de cooperação.

Esta menor expressão numérica resulta, fundamentalmente, conforme já foi referido ao Conselho Superior da Magistratura, da necessidade de uma maior divulgação desta Rede de Cooperação Judiciária, nomeadamente, através da presença na Internet, com informação concreta, o que se julga imprescindível, bem como através do envio de brochuras aos tribunais portugueses e de inclusão deste tema em acções de formação aos juízes portugueses.

A signatária tem aproveitado os diversos encontros que teve ao longo do ano com juízes e auditores de justiça para lhes dar a conhecer a IberRed, embora julgue necessária uma divulgação mais reforçada.

Nesta data já foi aprovado um ofício-circular que será divulgado aos Magistrados Judiciais proximamente.

Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa

No que tange à Rede Judiciária da CPLP, os serviços foram destinatários de 6 (seis) pedidos de cooperação.

Esta pequena expressão numérica resulta, fundamentalmente, da necessidade de uma maior divulgação desta Rede de Cooperação, designadamente, através da presença na Internet, com informação concreta, bem como através do envio de brochuras aos tribunais portugueses e de inclusão deste tema em acções de formação.

A signatária tem envidado esforços, nomeadamente junto da Secretária - Geral da Rede, e junto da DGPJ, no sentido de fazer sentir a necessidade da dinamização desta Rede. Pese embora Portugal tenha celebrado acordos de cooperação jurídica e judiciária com quase todos os Estados da CPLP, subsistem um conjunto de limitações, nomeadamente nos países africanos, que somente uma rede que apoie activa e constantemente as autoridades envolvidas poderão criar e conservar mecanismos de cooperação céleres e

eficazes, sendo certo que se encontram largas centenas de processos pendentes nos tribunais portugueses, a aguardar cumprimento de cartas rogatórias remetidas para os países africanos membros da CPLP.

Lisboa, 30 de Janeiro de 2012

Florbela Moreira Lança

Juíza de Direito

Ponto de Contacto de Portugal da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial

Ponto de Contacto da IberRede

Ponto de Contacto da Rede Judiciária da CPLP